



09/02/2016 08:19 - Atualizado em 09/02/2016 08:19

Descompasso entre novas usinas e linhas de transmissão é grave problema do setor

Tatiana Moraes - Hoje em Dia



O descompasso entre a construção de usinas e o desengavetamento de projetos de linhas de transmissão pode ser um entrave para que os mais de 8 mil MW que sairão do papel em 2016 sejam injetados no Sistema Interligado Nacional (SIN) no curto prazo. Além dos últimos leilões de transmissão terem sido vazios, a Abengoa, empresa espanhola com operação no Brasil, deixará em aberto a construção de mais de 6 mil km de linhas. O motivo é uma crise atravessada pela companhia em seu país de origem.

Como reflexo, algumas usinas podem ficar sem contato com o SIN, que conecta todo o país. Ou seja, não importa se a energia é gerada no Norte ou no Sul. Se ela for injetada na rede, chegará a Minas Gerais do mesmo jeito. Mas, se a usina não estiver interligada, o fornecimento daquela região deixa de ser por meio do SIN, desafogando o sistema. O problema é que pode haver casos em que a geração seja maior do que o utilizado naquela determinada região. Sem linhas de transmissão para levar o excedente ao Sistema Interligado, haverá desperdício de energia.

Belo Monte é uma das usinas que pode sofrer esse problema. Segundo a Aneel, as linhas de transmissão ficarão prontas à medida que as unidades geradoras entrarem em operação. Enquanto não houver linhas suficientes, Altamira, no Pará, receberá a energia. Mas especialistas afirmam que nem tudo está garantido.

Afinal, em 2015, foram 15 lotes de leilões de linhas de transmissão vazios. Em 2014, foram 14. Em 2013, foram 10. Isso significa que não apareceram interessados nos projetos ofertados pelo governo.

Teto do capital

Para o presidente do Instituto Acende, Cláudio Sales, um dos pontos que repele os investidores é o teto do capital, insuficiente para remunerar as empresas. Ele afirma que a metodologia utilizada tem como base os custos do passado e não uma estimativa futura. "Se você olha para a frente, o custo será maior e não menor. Como o valor pago de capital regulatório fica menor, não há interessados".

Outro ponto citado por ele são os prazos. "O investidor tem um prazo para entregar, mas esse prazo independe da Licença Prévia. Se houver algum problema com a licença, o prejuízo será maior do que o ganho estimado", critica.

O descompasso entre a construção de usinas e o desengavetamento de projetos de linhas de transmissão pode ser um entrave para que os mais de 8 mil MW que sairão do papel em 2016 sejam injetados no Sistema Interligado Nacional (SIN) no curto prazo. Além dos últimos leilões de transmissão terem sido vazios, a Abengoa, empresa espanhola com operação no Brasil, deixará em aberto a construção de mais de 6 mil km de linhas. O motivo é uma crise atravessada pela companhia em seu país de origem.

Como reflexo, algumas usinas podem ficar sem contato com o SIN, que conecta todo o país. Ou seja, não importa se a energia é gerada no Norte ou no Sul. Se ela for injetada na rede, chegará a Minas Gerais do mesmo jeito. Mas, se a usina não estiver interligada, o fornecimento daquela região deixa de ser por meio do SIN, desafogando o sistema. O problema é que pode haver casos em que a geração seja maior do que o utilizado naquela determinada região. Sem linhas de transmissão para levar o excedente ao Sistema Interligado, haverá desperdício de energia.

Belo Monte é uma das usinas que pode sofrer esse problema. Segundo a Aneel, as linhas de transmissão ficarão prontas à medida que as unidades geradoras entrarem em operação. Enquanto não houver linhas suficientes, Altamira, no Pará, receberá a energia. Mas especialistas afirmam que nem tudo está garantido.

Afinal, em 2015, foram 15 lotes de leilões de linhas de transmissão vazios. Em 2014, foram 14. Em 2013, foram 10. Isso significa que não apareceram interessados nos projetos ofertados pelo governo.

Teto do capital

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, um dos pontos que repele os investidores é o teto do capital, insuficiente para remunerar as empresas. Ele afirma que a metodologia utilizada tem como base os custos do passado e não uma estimativa futura. "Se você olha para a frente, o custo será maior e não menor. Como o valor pago de capital regulatório fica menor, não há interessados".

Outro ponto citado por ele são os prazos. "O investidor tem um prazo para entregar, mas esse prazo independe da Licença Prévia. Se houver algum problema com a licença, o prejuízo será maior do que o ganho estimado", critica.